

# INFORME DE AVALIAÇÃO INDEPENDENTE

MARCIA ANITA SPRANDEL  
DOUTORA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TÍTULO DO PROJETO: COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL

NÚMERO DO PROJETO: BRA/05/01/USA

AGENCIA DE FINANCIAMENTO: UNITED STATES AGENCY FOR  
INTERNATIONAL DEVELOPMENT

AGENCIA DE EXECUÇÃO: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO  
TRABALHO

INSTITUIÇÕES DE CONTRAPARTE:

TIPO DE AVALIAÇÃO: FINAL

ÁREA GEOGRÁFICA: BRASIL

DATA E DURAÇÃO DA AVALIAÇÃO: 26 DE JUNHO A 30 DE JULHO DE  
2009

DATA DE PREPARAÇÃO: 23 DE JULHO DE 2009

- RESUMO EXECUTIVO COM RESULTADOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES;

[NA VERSÃO FINAL]

## 1. O PROJETO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) entende o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial e trabalho forçado como uma agressão à dignidade humana e uma grave violação dos direitos humanos fundamentais e do trabalho: a antítese do trabalho em liberdade. Tal prática nega às pessoas a oportunidade de se valerem de seus recursos, como também de contribuírem para o desenvolvimento econômico do seu país.

A OIT tem contribuído com o enfrentamento do tráfico de pessoas por meio da aplicação de suas convenções e, mais recentemente, da cooperação técnica especializada. Desde 1992, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) já vinha trabalhando com a questão do tráfico ligado à exploração sexual de crianças e adolescentes, no contexto da Convenção 182 (Piores Formas de Trabalho Infantil). Desde outubro de 2005, a OIT desenvolve o Programa Combate ao Tráfico de Pessoas que tem como principal objetivo fortalecer a capacidade das organizações nacionais para aplicar a legislação existente sobre o tema, bem como para implementar políticas e programas de combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial e trabalho forçado. Tendo começado a ser executado em junho de 2006 e com encerramento previsto para julho de 2009, o Projeto teve uma duração de 45 meses, com um orçamento de US\$3.212,00, financiado pela United Agency for International Development (USAID).

O objeto executou suas ações a partir de três objetivos imediatos: [1] aumento e validação da base de conhecimentos sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial e de exploração de trabalho forçado no Brasil; [2] fortalecimento local e nacional da capacidade das instituições públicas e privadas, operadores de direito e funcionários das organizações envolvidas na prevenção, informação e nas alternativas de aplicação das leis no combate ao tráfico de pessoas e proteção das vítimas e [3] aumento da conscientização sobre o tráfico de pessoas no Brasil.

A matriz do Projeto foi desenvolvida de acordo com quatro pilares interdependentes: *legislação-análise* do marco legal e, se necessário, elaboração e aprovação de leis específicas que proporcionem medidas de responsabilização e de proteção às vítimas; *políticas institucionais* - desenvolvimento de políticas públicas que garantam a aplicação das leis relacionadas ao tema; *capacitação de profissionais - desenvolvimento* e aperfeiçoamento de habilidades e capacidades dos agentes e profissionais de diversos setores envolvidos com a questão (especialmente operadores de direito e profissionais que atuam no setor do turismo e do comércio); e *denúncia* - fomento ao diálogo tripartite e à colaboração entre governos, organizações de empregadores e de trabalhadores e outras organizações sociais, para o aprimoramento dos

procedimentos de denúncia e para a assistência e proteção às vítimas do tráfico (Objetivo Imediato 2). Os outros dois eixos estratégicos da matriz lógica foram o aprofundamento do conhecimento sobre o problema, suas diferentes manifestações de tráfico e formas de combatê-lo (Objetivo Imediato 1) e a conscientização dos grupos socialmente vulneráveis sobre os riscos do tráfico, seus direitos e todos os mecanismos de proteção e garantia disponíveis, com o envolvimento de profissionais da mídia e funcionários de aeroportos e portos (Objetivo Imediato 3).<sup>1</sup>

Conforme o desenho do Projeto, tais objetivos deveriam ser alcançados por meio de uma estratégia integral e da coordenação com outros projetos sobre o tema no Brasil, nas ações de esclarecimento às potenciais vítimas; fortalecimento do sistema de justiça; aproximação da população vulnerável à rede de proteção e justiça; colaboração na construção de uma rede de atendimento à vítima e familiares; capacitação de todos os agentes, públicos ou privados, envolvidos na questão; sistematização de dados; e análise fenomenológica que deveria ser executada na perspectiva do trinômio prevenção x repressão x reinserção.

Nos três anos de duração do Projeto, foram enfrentados alguns desafios importantes, tais como o de congregar internamente áreas de atuação distintas - trabalho escravo, exploração sexual e trabalho forçado - buscando interlocução e resultados conjuntos; executar o Projeto simultaneamente à discussão e implementação da política pública do governo brasileiro para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; e incorporar à agenda do tráfico de pessoas as temáticas de gênero e de migrações.

Conforme informações de *O Custo da coerção - Relatório Global de Seguimento da Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho (2009)*, o trabalho forçado, antítese do trabalho decente, pode ser erradicado desde que haja compromisso da comunidade internacional (governos, empregadores, trabalhadores e sociedade civil). O Brasil tem trabalhado nesse sentido, tendo como amparo legal o decreto nº. 5.017, de 12 de março de 2004, que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Embora o país ainda não tenha adaptado sua legislação interna, uma vez que no Código Penal Brasileiro há apenas a tipificação do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, seja interno ou internacional<sup>2</sup>, o governo aprovou, no final de 2006, a Política Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas.

---

<sup>1</sup> Na auto-avaliação, foram feitas mudanças na matriz lógica no que se refere aos indicadores, sem no entanto modificar os eixos centrais.

<sup>2</sup> Código Penal artigos 231 e 231-A.

O Projeto Combate ao Tráfico de Pessoas no Brasil começou antes desse Política existir. Nesse sentido, teve papel importante na articulação de planos e grupos diferentes, com metodologias e formatos diversos. Este também foi o rumo da Política e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), de janeiro de 2008, cuja elaboração baseou-se em outros cinco Planos Nacionais: o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2002), o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (2003), o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006). No processo de construção do PNETP, os conteúdos desses planos foram discutidos e analisados, levando a um fortalecimento mútuo.

Este mesmo processo de fortalecimento intra-temas foi perseguido pelo programa Combate ao Tráfico de Pessoas no Brasil, que norteou suas atividades no apoio e fortalecimento as políticas públicas. Pode-se afirmar que nenhuma das atividades do Projeto foi realizada de forma isolada ou deslocada de políticas e programas oficiais, da sociedade civil ou de outros organismos internacionais.

O programa já teve uma auto-avaliação de meio-termo<sup>3</sup>, realizada em agosto de 2007, na qual foram identificados os desafios e recomendações em relação ao desenho original e repensados os próximos passos. O presente processo de avaliação externa trabalhou a partir dessas reflexões, desdobrou-se na leitura de documentos internos; em entrevistas com os principais parceiros; na realização de uma primeira Oficina de Avaliação, no dia 13 de julho de 2009, em Manaus (AM), com a participação de atores locais (região norte) ligados à rede de enfrentamento à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes; e numa segunda Oficina de Avaliação, em Brasília (DF), com a presença dos parceiros institucionais.

## 2. RESULTADOS DO PROJETO

### **OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIR PARA O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL**

O Projeto contribui para três políticas complementares no país: Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Em sintonia com essas políticas, o Projeto ajudou a implementar as metas estabelecidas no Plano Pluri-Anual (PPA), na Agenda Nacional de Desenvolvimento, na

---

<sup>3</sup> Auto-avaliação do Projeto TIP no Brasil. "Combate ao Tráfico de Pessoas". Genebra, Brasil, Agosto 2007.

Agenda Nacional de Trabalho Decente (OIT) e no UNDAF (Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

As atividades do Projeto também estiveram no contexto do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que atua na prevenção e controle da criminalidade e no estudo de suas raízes sócio-culturais e tem no tráfico de pessoas um de seus eixos.

O Projeto trabalhou no sentido de fortalecer a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, apoiando a execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, coordenado pelo Ministério da Justiça. Todas as atividades do Projeto foram relacionadas com a Política Nacional e foram executadas em parceria com organizações governamentais, não governamentais e internacionais.

O Projeto também ajudou a revelar novos parceiros, estratégias e boas práticas para a rede de atenção. Pode ser citado como exemplo o apoio à Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e as ações do governo de proteção aos trabalhadores migrantes.

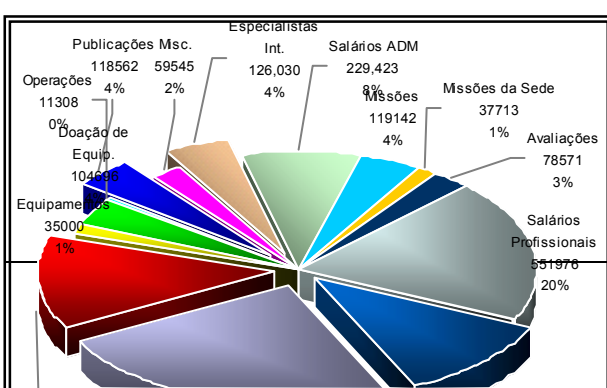
Na percepção geral dos parceiros, o Projeto encerra suas atividades com uma avaliação positiva. Ressaltou-se que o trabalho esteve constantemente em consonância com as políticas públicas do país, o que demonstra preocupação com ações sustentáveis e de fortalecimento da estrutura governamental e não governamental de prevenção, atendimento às vítimas e repressão ao tráfico de pessoas.

## PERFORMANCE DO PROJETO

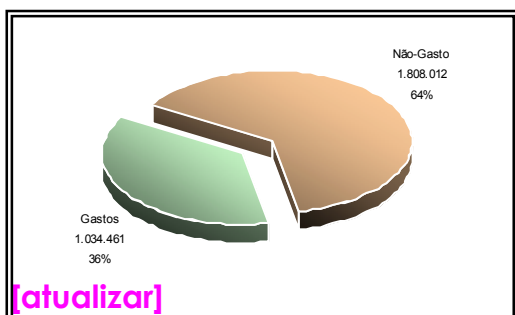
### EFICIÊNCIA

Durante sua execução, o Projeto alcançou indicadores de custo-benefício satisfatórios em termos do total de investimentos/resultados. Com a aprovação da extensão em seis meses, pela USAID, a equipe reorganizou o planejamento de atividades de modo a assegurar a máxima eficiência na implementação do Projeto até sua conclusão. Até meados de março, o Projeto tinha atingido um *delivery rate* de 88.71%, considerando o orçamento total *versus* gastos. Considerando o orçamento total *versus* os compromissos totais assumidos pelo Projeto, esse índice é de 89.18%. O Projeto chegou ao seu final com utilização plena de seu orçamento, o que é considerado um indicador sólido do esforço da equipe para atingir os objetivos propostos no tempo devido.

### ALOCAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ORIGINAIS – DE ACORDO AO DOCUMENTO DE PROJETO



## DELIVERY ABSOLUTO DE GASTOS 2006 - 2008



### EFICÁCIA

A análise dos resultados do Projeto demonstra que ele foi eficaz em seu primeiro objetivo estratégico, relacionado ao fortalecimento da base de conhecimento sobre tráfico de pessoas no Brasil. Pode-se destacar como exemplos o lançamento do Guia da PRF sobre pontos vulneráveis de exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas do Brasil, assim como os estudos sobre tráfico de pessoas no Aeroporto de Guarulhos/SP.

Em relação aos objetivos 2 e 3 (suporte institucional para operadores do direito e aumento na conscientização sobre o tema), os resultados, em geral, demonstram a estratégia eficiente do Projeto. Além dos diversos treinamentos com oficiais de polícia de várias corporações (inclusive no âmbito do MERCOSUL), vale ressaltar o curso à distância promovido com a UnB e replicado pela plataforma da Polícia Federal e as campanhas realizadas nos dias 18 de Maio, 12 de Junho e nos Carnavais.

### RELEVÂNCIA

Conforme foi verificado na auto-avaliação, a relevância do Projeto foi constantemente reafirmada. A aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas pelo Presidente da República (Decreto 6347, de 6 de janeiro de 2008) significou o maior incentivo para a incorporação do tema na agenda nacional e para reunir esforços institucionais. Muitas das responsabilidades detalhadas no Plano (diversas assumidas por órgãos governamentais, como a Secretaria Nacional de Justiça e o Ministério do Trabalho) receberam apoio do Projeto. Outro indicador da relevância do Projeto é que a OIT é hoje a

única agência das Nações Unidas com capacidade e *expertise* no campo do tráfico. Vale registrar que a relevância do Projeto foi reforçada com a inclusão do tráfico de pessoas na prioridade 2 da Agenda de Trabalho Decente do país.

### **SUSTENTABILIDADE**

A sustentabilidade do programa está garantida, em parte, em decorrência de sua ligação intrínseca ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Plano tem um primeiro ciclo de dois anos, mas a expectativa é que seja revisto no âmbito da Política Nacional. A auto-avaliação considerou que o impacto das ações do Projeto por dentro do Plano assegura sua sustentabilidade. Além disso, essa sustentabilidade estaria sendo garantida pela introdução do tema em diversas agendas institucionais, pelo treinamento de operadores de direito e corporações e pelo desenho de guias metodológicos. Entre os elementos de sustentabilidade avaliados, destaca-se a assistência técnica que ao que tudo indica continuará sendo solicitada pelo Governo Brasileiro ao Projeto. Um exemplo é a cooperação técnica assinada pela OIT e pelo Ministério do Trabalho para apoiar a continuação das atividades relacionadas a migrações.

**OBJETIVO IMEDIATO 1 – AO FINAL DO PROJETO, A BASE DE CONHECIMENTOS SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL E DE EXPLORAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO NO BRASIL, TERÁ SIDO AUMENTADA E VALIDADA.**

### **ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS DIMENSÕES CRÍTICAS DO TRÁFICO DE PESSOAS**

O tráfico de pessoas ainda é um tema novo no país, com pouca produção acadêmica ou institucional. O Projeto estimulou sobremaneira a produção e sistematização de informações, tornando possível a elaboração de políticas públicas mais eficazes. Foram realizadas diversas pesquisas sobre tráfico de pessoas, exploração sexual, trabalho forçado e migrações. Também foram elaborados manuais de treinamento para jovens, promotoras legais populares e policiais. Nesse processo, o Projeto foi parceiro de instituições federais (Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Justiça, Polícia Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego/Conselho Nacional de Migração, entre outros), organizações de empregadores (Confederação Nacional do Transporte) e trabalhadores (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos), organizações não-governamentais (Repórtes Brasil, Observatório Social, entre outros) e organizações de ensino e pesquisa (Universidade de São Paulo, Universidade de Brasília,



Pagu, Academia Nacional de Polícia, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, entre outros).

Como veremos a seguir, foram 19 publicações lançadas (outras estão no prelo ou em fase de finalização) em parceria com diversos órgãos governamentais e não governamentais, dentre manuais de treinamento, pesquisas e textos teóricos e práticos, abordando os temas do tráfico de pessoas, exploração sexual, trabalho forçado e migração. Foi realizado também um documentário sobre o trabalhador migrante em São Paulo/SP, além de vídeos de seminários, palestras e aulas sobre os diversos temas

1) Combate ao Tráfico de Pessoas. Trabalho em Liberdade. O Projeto. A Marca. Principais resultados e Atividades. Publicações. Contato. CD com informações sobre as publicações do Projeto e principais atividades. 2009.

#### Área de **exploração sexual**:



2) Guia para a localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das rodovias federais brasileiras. Brasília: OIT, 2007. 158 p. Mapeamento feito pelo Projeto com o apoio da Polícia Rodoviária Federal. Identifica locais onde já se verificou situações graves de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes, incluindo postos de abastecimento, restaurantes e motéis na beira de estradas e rodovias federais. Trata-se de excelente instrumento de trabalho, útil para todas as instituições públicas, privadas e da sociedade civil que trabalham na proteção de meninos, meninas e adolescentes. Já foi utilizado pelo Ministério da Educação e Cultura para planejar locais para instalação do projeto "Escola que Protege" e pelo SEST/SENAT para implementar campanhas de conscientização.



3) Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Reedição do Plano, publicado em 2002. Busca divulgar seus eixos estratégicos e fazer um balanço de seus seis anos de existência. Reflexão sobre as metas alcançadas e as principais dificuldades enfrentadas.

4) Proteger e Responsabilizar. Pesquisa sobre os processos criminais referidos à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em fase de revisão.

5) Manual de treinamento sobre exploração sexual nas Unidades Educacionais de Internação (UNEIs). Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em fase de revisão.

#### Área de **tráfico de pessoas**:

As Pesquisas em Tráfico de Pessoas Partes I, II e III foram iniciadas em 2006 e terminadas em 2007 e abarcam o tráfico de pessoas (homens e mulheres adultos e alguns adolescentes) para fins de trabalho forçado e exploração sexual comercial. Foi feita com uma amostragem de deportados e não aceitos e nos postos de atendimento de vítimas de tráfico e exploração sexual comercial (aeroporto de Guarulhos). Parceria do programa com o Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Justiça, UNODC e USAID.



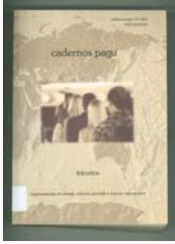
6) Diagnóstico: I diagnóstico sobre tráfico de Seres Humanos São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. COLARES, Marcos. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2004. 42 p. (Pesquisa em Tráfico de Pessoas, 1). Estudo no qual apresenta um levantamento de todos os inquéritos e processos em andamento entre 2000 e 2003 sobre tráfico de pessoas em quatro estados brasileiros: Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. As informações foram cedidas pelas superintendências da Polícia Federal nos estados e pela Justiça Federal.



7) Relatório: indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via aeroporto de Guarulhos. Programa de Enfretamento do Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. 86 p. (Pesquisa em Tráfico de Pessoas, 2). Pesquisa elaborada para detectar a presença de brasileiras envolvidas no tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual. O campo de investigação foi realizado entre os meses de março e abril de 2005, sendo o seu universo pessoas deportadas e não admitidas que chegam ao Brasil, desde Europa, pelo aeroporto de Guarulhos.



8) Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo. Programa de Enfretamento do Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça; Organização Internacional do Trabalho, 2007. 138 p. (Pesquisas em tráfico de pessoas, parte 3). O estudo oferece subsídios para a recepção e atendimento destas pessoas, com especial atenção para a organização não-governamental associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), sediada em Guarulhos.



9) Dossiê Gênero no tráfico de pessoas. Cadernos Pagu: trânsitos, 31. Campinas: UNICAMP, 2008. 572 p. - Organizado por Adriana Piscitelli e Marcia Vasconcelos. Parceria do Projeto com o Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, da Unicamp, resultante do Seminário sobre o tema do tráfico de pessoas. O dossiê faz uma leitura da categoria gênero ligada às reflexões sobre trabalho, independentemente do setor de atividade envolvido. Publicado com apoio do Projeto, da Unicamp, da Usaid, do CNPq e da Capes. Patrocínio da Petrobrás, Ministério de Educação e Ministério de Ciência e Tecnologia.



10) Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual = Trata de personas para fines de explotación sexual. 2. ed. bilíngue (português-espanhol). Brasília: OIT, 2006. Destina-se a quem cabe a tarefa de investigar, prender, acusar e julgar os traficantes. Apresenta descrição do *modus operandi* dos traficantes, estimativas sobre o número global de vítimas, e os métodos mais adequados para lidar com elas, endereços e telefones de organizações assistenciais, embaixadas de países estrangeiros e de consulados brasileiros nos países onde os traficantes agem. Edição da Organização Internacional do Trabalho, Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Academia Nacional de Polícia, Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria Especial de Direitos Humanos.



11) Revista Mercopol- Capacitação e Cooperação Policial no MERCOSUL. Edição com matéria sobre tráfico de pessoas. Ano 1. No. 1. Jan/dez. 2007. Apoiada pelo programa, numa colaboração com o CCCP- Centro de Coordenação de Capacitação Policial MERCOSUL, a Polícia Federal e a Academia Nacional de Polícia.

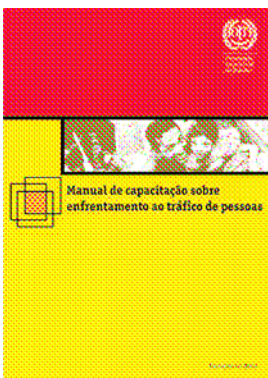


12) Enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil - LANDINI, Tatiana Savoia e OLIVEIRA, Marina P. P. (orgs.). São Paulo, IBCCRIM, 2008. 134 p. Resultado do “Programa de capacitação de profissionais da área de segurança pública: Políticas de Segurança Pública, Polícias e Ações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil”. Curso que reuniu pela primeira vez as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar, realizado com financiamento da OIT e apoio técnico da UODC.



13) Passaporte para a liberdade: um guia para as brasileiras no exterior. Maria Carolina Marques Ferracini. Brasília: OIT, 2007. 82 p. Cartilha destinada a mulheres brasileiras que são vítimas do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual comercial. Este manual é uma adaptação de um manual anterior, produzido pelo IPEC. O grupo alvo é a mulher brasileira que mora no exterior, vítima de tráfico para exploração sexual comercial, ou outras situações degradantes e funcionários dos consulados brasileiros. A estratégia de disseminação do Guia, elaborada com o Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Agência Brasileira de Cooperação, prevê sua utilização nos aeroportos internacionais (parceria com a Polícia Federal) e consulados brasileiros em vários países do mundo.

14) Cidadania, direitos humanos e tráfico de pessoas – Manual para Promotoras Legais Populares. Metodologia de inclusão do tema tráfico de pessoas nas atividades de treinamento das Promotoras Legais Populares. Trata-se de programa iniciado no Peru e Argentina, nos anos oitenta, e que promove treinamento legal de mulheres líderes comunitárias. Iniciou-se no Brasil em 1993, em Porto Alegre (RS), por meio da ong Themis – Assistência Jurídica e Estudos de Gênero. No prelo.



15) Manual de capacitação sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas. 1 volume. Contém legislação internacional e nacional. Feito por consultor da Universidade de Brasília (UnB), validado pela PRF, Procuradoria Geral da República, Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Direitos Humanos.



Acompanha um CD com informações sobre a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo e exploração sexual no Brasil (Guia "Quem é quem") e sobre legislação sobre tráfico de pessoas e temas afins.

16) Caderno de Textos- conteúdos que oferecem a base metodológica para ações de capacitação em todo país acerca da violência sexual nas suas diferentes modalidades, incluindo o tráfico de seres humanos. Consolida as principais formulações e informações acerca da temática da violência sexual como subsídios ao Estado brasileiro no sentido de contribuir com a materialização de uma rede nacional, correlacionado com as demais políticas de proteção e de garantia dos direitos. Contém o conteúdo do curso à distância. Será publicado pelo Ministério da Justiça. Revisão técnica OIT.

#### Área de **migrações**:



17) Cooperação e Coordenação Policial no MERCOSUL e Chile para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Informações Básicas. Cartilha produzida pelo Projeto, em conjunto com o CCCP (Centro de Coordenação de Capacitação Policial do MERCOSUL), com o DPF (Departamento de Polícia Federal), com a SNJ (Secretaria Nacional de Justiça), além de ter contado com o apoio da ANP (Academia Nacional de Polícia) e das várias forças de segurança dos países do Cone Sul. Resultado da *Oficina Cooperação e Coordenação Policial no Mercosul e Chile no enfrentamento ao tráfico de pessoas* (Foz do Iguaçu, abril de 2008), um dos marcos do Projeto no apoio ao diálogo regional e incentivo a cooperação transnacional. No prelo.

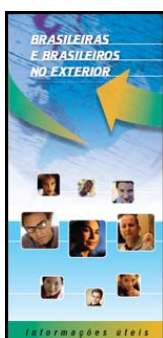


18) Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho. Tem como tema a construção de políticas públicas na área de migrações e da proteção do trabalhador migrante. Contém as recomendações do "Diálogo Tripartite sobre políticas públicas de migração para o trabalho", promovido pelo Conselho Nacional de Migração/ Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas/ Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, que aconteceu em agosto de

2008, em São Paulo (SP) e Itapeverica da Serra (SP), com a participação de representações do governo e de organizações de empregadores e trabalhadores.



19) Tráfico de Pessoas em São Paulo – Brasil. DVD composto por três vídeos produzidos por alunos do Curso da Escola de Informática e Cidadania do Centro de Apoio ao Migrante (CAMI). Mostrando a realidade de trabalhadores e trabalhadoras imigrantes sul-americanos que atuam no setor de confecções na cidade de São Paulo. Apoio do Projeto e da Usaid.



20) Brasileiras e brasileiros no exterior: informações úteis. Brasília, DF: MTE, 2007. 72 p. Cartilha produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, esclarece aos cidadãos brasileiros sobre os riscos da migração irregular e os direitos e deveres dos migrantes e suas famílias. Traz informações sobre tráfico de pessoas. Distribuída pela Polícia Federal, rede consular brasileira e entidades de apoio aos brasileiros no exterior. Publicada com apoio do Projeto.

#### Área de **trabalho forçado**:



21) Trabalho escravo no Brasil do século XXI. Brasília: OIT, 2007. 186 p. Estudo sobre a situação do trabalho escravo no Brasil. Apresenta a primeira avaliação do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, realizada a partir da opinião dos membros da CONATRAE (Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo), evidenciando os avanços realizados, os obstáculos e dificuldades. Parceria do Projeto com o Núcleo de Trabalho Escravo da OIT . Cobre a temática do trabalho escravo rural, sobretudo masculino e adulto.



22) Manual de Implementação da Metodologia do “Escravo, Nem Pensar” – parceria do Projeto com a ONG Repórter Brasil. Manual

cujo objetivo é orientar professores do ensino fundamental na implementação de projetos pedagógicos que tematizem a questão do tráfico para trabalho escravo. Dezembro de 2007.



23) Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea – No segundo semestre de 2006 o Projeto promoveu o “I Encontro de Atores Responsáveis pelo Combate à Escravidão Contemporânea no Brasil”, que teve como público alvo auditores fiscais do trabalho e procuradores do trabalho e da república. A fim de subsidiar as discussões deste Encontro, foram elaborados *papers* analisando o atual marco jurídico brasileiro face aos desafios da eliminação do trabalho escravo.

24) Atlas do Tráfico de Pessoas no Brasil – o Laboratório de Geografia Política da Universidade de São Paulo elaborou, a partir de demanda feita pelo Projeto, um estudo de cartografia temática sobre o tráfico de pessoas no Brasil. Aproximadamente 20 mapas foram elaborados a fim de demonstrar a dinâmica territorial relacionada ao problema. Utilizando bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, da Comissão Pastoral da Terra, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, informações sobre o fluxo de pessoas em situação de tráfico foram relacionadas com várias outras variáveis: violência no campo, IDH, desmatamento, migração etc. O trabalho está sendo finalizado.

25) Perfil do Atores Envolvidos com a Escravidão Rural Contemporânea – Essa pesquisa está em processo de finalização, tendo sido iniciada em setembro de 2006 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho Escravo Contemporâneo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pedido do Projeto. Trata-se de uma investigação qualitativa, de caráter antropológico, que tem como objetivo caracterizar trabalhadores escravos e gatos (aliciadores) envolvidos do problema. Mais de 120 entrevistas já foram realizadas e se encontram em processo final de análise. Uma vez finalizado, o relatório de pesquisa será publicado e servirá de base para a elaboração de programas de prevenção junto a populações vulneráveis. O trabalho está sendo finalizado.

26) Artigo “O papel das políticas de emprego no Brasil na prevenção do tráfico de pessoas e na reabilitação social e laboral das vítimas”. Parceria com SEPM.

27) Artigo “Trabalho Decente, Migração para o Trabalho e Tráfico de Pessoas: a abordagem da OIT”. Parceria com Conselho Nacional de Migração.

#### **OUTRAS ATIVIDADES**

1) Participação na 31ª. Reunião Anual da ANPOCS, em 25/10/2007, com a mesa redonda *O mundo do trabalho e a prática de trabalho forçado, trabalho infantil e tráfico de pessoas*. Contou com a participação dos professores Michel Misse (UFRJ) e Adriana Piscitelli (UNICAMP). A mesa redonda teve grande repercussão no público acadêmico e contribuiu para disseminar o tema do tráfico de pessoas.

2) Participação em Seminário promovido pelo Observatório Social para discutir a pesquisa feita com suporte do Projeto sobre trabalho forçado e cadeias produtivas. Evento ocorrido em São Paulo, com a participação de 32 técnicos e representantes de empresas privadas. 2007.

3) Estreitamento na parceria com SEST/SENAT, que tem 127 centros de treinamento espalhados pelo país. O Projeto e a entidade realizaram pesquisa que identificou que apenas 43 atuavam na área de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual. Decidiu-se pela produção de estudo georreferenciado sobre estas unidades, a partir do cruzamento de sua localização com dados da SEDH e da PRF, de forma a priorizar as unidades que estão em áreas vulneráveis. Também se decidiu pela reformulação da campanha educativa, que passou a incorporar a questão do tráfico no contexto do transporte, com uma visão de responsabilidade social empresarial.

4) Apoio à pesquisa Tráfico de Crianças e Adolescentes para Exploração Sexual no Estado da Bahia. Outubro de 2008. Cidades de Salvador e Feira de Santana.

5) Apoio à iniciativa Prêmio Libertas, do Ministério da Justiça, que premiou artigos acadêmicos sobre o tema do tráfico de pessoas no Brasil. O prêmio foi entregue a seis pesquisadores que se distinguiram pela qualidade de seus ensaios e estimulou a produção acadêmica na área. A cerimônia de entrega aconteceu em 9 de dezembro de 2008 no Ministério da Justiça, em Brasília.

6) Quanto à identificação de potenciais oportunidades de emprego para grupos vulneráveis ao tráfico de seres humanos, o Projeto propôs uma parceria com outro Projeto da OIT denominado Políticas de Emprego e Igualdade de Oportunidades de Gênero, Raça e Etnia nos Países do Mercosul e Chile. Este último realizou um diagnóstico das políticas de emprego vigentes, para subsidiar uma parceria com o SINE.



OBS:

A parceria com o UNODC e o Ministério da Justiça para atualização do Banco de Dados não foi possível por questões orçamentárias. Atualmente o Ministério da Justiça é o responsável pela construção deste banco.

**OBJETIVO IMEDIATO 2 - AO FINAL DO PROJETO, A CAPACIDADE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, OPERADORES DE DIREITO E FUNCIONÁRIOS DAS ORGANIZAÇÕES ENVOLVIDAS NA PREVENÇÃO, INFORMAÇÃO E NAS ALTERNATIVAS DE APLICAÇÃO DAS LEIS NO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E PROTEÇÃO DAS VITIMAS, TERÁ SIDO FORTALECIDA NOS NÍVEIS LOCAIS E NACIONAL.**

Consoante a matriz lógica, o Objetivo Imediato 2 previa a discussão e análise da legislação; o desenvolvimento de propostas de inclusão do tema nas estratégias, políticas e programas existentes nos níveis locais, estaduais e nacional; a promoção de uma rede nacional de atendimento; o treinamento de operadores de direito levando em consideração as dimensões de gênero, raciais e étnicas; e o aumento das capacidades da sociedade civil e das organizações de trabalhadores e empregadores na prevenção, identificação, proteção e assistência.

Trata-se de objetivo de grande amplitude, englobando instituições distintas, com estrutura independente. A estratégia do Projeto foi trabalhar a inserção do tema nas capacitações formais, oferecendo um apoio técnico e financeiro para o início das atividades, mas de forma sustentável.

Este foi o eixo do programa com registro de mais atividades. Uma de suas principais características foi trazer para o campo do enfrentamento ao tráfico de pessoas novos temas e parceiros. No total, o programa treinou diretamente milhares de técnicos e operadores do direito, atuou no âmbito do Mercosul, promoveu o debate legislativo, apoiou e participou da formulação de políticas públicas federais e estaduais, participou de grupos técnicos, apoiou a mobilização de empregadores e empregados, inclusive em nível internacional, teve ampla interlocução com universidades e institutos de pesquisa e participou e/ou promoveu seminários, eventos, mobilizações, capacitações e treinamentos.

Como veremos no quadro a seguir, além do apoio às Políticas e Planos Nacionais; do suporte aos Comitês, Comissões e Fóruns referentes aos temas; do apoio ao desenvolvimento de diretrizes para uma Política Nacional de proteção dos trabalhadores migrantes e do fomento à análise da legislação para proposição de mecanismos de harmonização legal e operacional para enfrentamento ao tráfico de pessoas entre os países do Mercosul e Chile; foram realizados cursos de capacitação em parceria com a Polícia Rodoviária Federal e Polícia

Federal com mais de 3000 policiais formados; foram desenvolvidas metodologias de sensibilização e formação de jovens, mulheres líderes comunitárias (Promotoras Legais Populares) e demais atores da rede social, atingindo diretamente mais de 6.700 pessoas; foi feita a formação direta de mais de 7.000 operadores do direito, além do treinamento para organizações de trabalhadores e empregadores. Destaca-se, ainda, o desenvolvimento de curso a distância que será replicado pela plataforma da Polícia Federal e a inserção do tema nas universidades e núcleos de ensino.

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO NO ÂMBITO DO OBJETIVO IMEDIATO 2

<p><b>MERCOSUL</b></p>	<p>Em 2006 o Projeto deu suporte técnico ao <b>Grupo MERCOSUL</b>, cuja presidência <i>pro-tempore</i> foi ocupada pelo Brasil a partir de agosto (pesquisa sobre a legislação nacional e sua conformidade com as normas internacionais ratificadas pelo país). Também apoiou a participação do Brasil na <b>Iniciativa Niño@Sur</b>, agregando questões específicas como a campanha internacional para trabalhadores aquaviários e implementação da tipologia do PAIR em 14 cidades-gêmeas fronteiriças, com apoio da SEDH e do Comitê Interseccional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. O Projeto estabeleceu uma parceria com o <b>Centro de Coordenação Policial do MERCOSUL (CCCP)</b>. O primeiro resultado dessa parceria foi a publicação, em novembro de 2007, da revista Mercopol, distribuída para forças policiais dos países do MERCOSUL. A revista contém um artigo específico sobre tráfico de pessoas. Em abril de 2008, em Foz do Iguaçu (PR), com o apoio do Projeto, do Departamento de Polícia Federal e da Secretaria Nacional de Justiça, aconteceu a oficina Cooperação e Coordenação Policial no Mercosul e Chile no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que reuniu forças policiais de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile, além de adidos policiais da Espanha, Portugal, USA e Reino Unido; do agente da Interpol responsável pela América do Sul e as Autoridades Centrais dos países de MERCOSUL responsáveis pela cooperação judicial. A oficina teve três eixos de estudos, interlocução e análise: legislação, procedimentos, casos práticos. Devido às atividades desenvolvidas em conjunto com o Conselho Nacional de Migração, em junho de 2008 o Projeto participou de seminário sobre <b>Livre Circulação de Trabalhadores</b> que aconteceu em Buenos Aires, promovido pela Chancelaria Argentina e pelo Escritório da OIT naquele país. O Projeto pode ressaltar, na ocasião, a importância das metas da Agenda Hemisférica de Trabalho Decente (2005-2015).</p>
<p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>	<p>O Projeto integra e dá suporte técnico ao subgrupo sobre Prevenção e Perseguição da Comissão Interseccional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que conta com a participação de vários ministérios, sociedade civil e organizações internacionais. Em 2008, o Projeto encomendou um artigo sobre "Trabalho decente, migração laboral e tráfico de pessoas: a visão da OIT", que parte da análise das normas internacionais e adequação ou não da legislação nacional. Por ocasião dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, em julho de 2008, o Projeto apoiou a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que criou um grupo de trabalho para analisar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional brasileiro que tem como objeto crianças e adolescentes. O Projeto, com apoio do Conselho Nacional de Migração, recomendou a aprovação, pelo Congresso Nacional brasileiro, da Convenção 143 sobre Trabalhadores Migrantes. O Projeto participou da Conferência para Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na mesa sobre tráfico de pessoas e trabalho forçado no Brasil. O Projeto negociou com o Governo Federal a realização de pesquisa sobre a polícia e o sistema judiciário, tendo ocorrido reunião com Universidade Federal de Santa Catarina, que tem um grupo de pesquisadores sobre o tema. A Coordenadora do Projeto foi convidada, em março de 2008, para falar sobre tráfico de pessoas com os parlamentares da Representação Brasileira do Parlamento do MERCOSUL. Na ocasião, pediu apoio à Comissão para a harmonização da legislação na área. Em abril de 2008, participou de seminário na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, do Senado Federal, falando do tráfico de pessoas desde uma perspectiva de gênero. O projeto contribuiu para as discussões sobre uma nova lei de estrangeiros, enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República em julho de 2009. Em seu art. 5, parágrafo único, o projeto de lei estende ao estrangeiro, independentemente da situação migratória, medidas de proteção quando vítima ou testemunha do tráfico de pessoas ou de migrantes. O art. 42 determina que o Ministério da Justiça conceda residência temporária ao estrangeiro vítima de tráfico de pessoas, independentemente de sua situação migratória, e que ele não será deportado ou repatriado.</p>
<p><b>PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E GRUPOS TÉCNICOS</b></p>	<p>Comissão Interseccional de Enfrentamento à Violência Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes; Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE; Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e Câmara Temática de Turismo Sustentável e Infância; Grupo Assessor do PNEIP.</p>
<p><b>PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS E EVENTOS</b></p>	<p>Workshop para 55 profissionais da área jurídica do Estado de Minas Gerais; Fórum de especialistas em trabalho doméstico infantil, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes em Lima, Peru. Promoção OIT/EC/PAT; Seminário Internacional no Rio de Janeiro/RJ, organizado pela Escola de Magistratura da Justiça do Trabalho /OIT-Geneva; Segunda Reunião Anual de Parceiros da USAID em Salvador/BA; VII Conferência Municipal sobre Direitos da Criança e do Adolescente em São Vicente/SP; Seminário de Combate ao Trabalho Infantil – Natal/RN. Promovido pelo Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte; Curso Labour dimensions of Trafficking in human beings, with particular focus on children; understanding the issue &amp; effective responses, em Turim, promovido pelo IPEC; Seminário Trata de Personas en el Cono Sur em Santiago do Chile. Promovido pela Organização dos Estados Americanos; UN.GIFT International Seminar em Viena; Simpósio sobre Fluxo de Migrantes Bolivianos para o Brasil e a exploração laboral. Promovido pela</p>

	<p>Humanist Association of Norway; IV Encontro Internacional sobre Direitos Humanos, Segurança Pública e Combate ao Tráfico de Pessoas: repressão e responsabilidade. São Paulo; Seminário "Migração Internacional e Direitos Humanos", Centro Scalabrino de Estudos Migratórios, Brasília/ DF; III Congresso Mundial de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Consulta Regional na Argentina; Seminário Nacional sobre Tráfico de Pessoas: rede de cuidado e recepção. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); V Encontro Internacional de Direitos Humanos, Segurança Pública e Tráfico de Seres Humanos: assistência integral às vítimas. Salvador / BA; Course of Labour dimensions of trafficking in human beings. with a particular focus on children: understanding the issue &amp; effective responses, ILO Training Center, Turim.</p>
<p><b>SUPORTE TÉCNICO E/OU FINANÇEIRO A SEMINÁRIOS</b></p>	<p>Seminário sobre Tráfico de Pessoas, Salvador/BA, Confederação das Mulheres Brasileiras (CMB) e Women International Democratic Federation (WIDF); Tocantins contra o Trabalho Forçado, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); Seminário Brasil-Portugal, Brasília / DF. Polícia Federal, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores; Encontro do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Seminário Internacional para trabalhadores do transporte terrestre e aquaviário. Manaus/AM. Participação de trabalhadores de nove países. Parceria com ITF (International Federation for Transportation Workers), FNTAA (International Federation for Maritime and River Workers), CNT (Confederação Nacional dos Transportes), SEST/SENAT (Serviço Social dos Transportes); Desafios na Prevenção e Combate contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Exploração Sexual e Proteção das Vítimas, São Paulo/SP, Partners of the Americas; Seminário Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas – Desafios para o combate ao tráfico de pessoas no Brasil (UN.GIFT Brazil), Brasília/DF, Ministério das Relações Exteriores; Congresso Internacional de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/ ECPAT International's Support, Rio de Janeiro/RJ, SEDH/ Comitê Nacional; Seminário IPEC sobre Piores Formas de Trabalho Infantil, Bahia; Seminário ECPAT preparatório para o III Congresso Mundial de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Recife; Encontro Nacional de Adolescentes, preparatório para o III Congresso Mundial de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Consulta Nacional preparatória para o III Congresso Mundial de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Brasília; III Congresso Mundial de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Rio de Janeiro, coordenação da SEDH/ Presidência da República.</p> <p>-Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho)</p> <p>-Julgamento do caso Marilma (adolescente torturada e assassinada por padrão em serviço doméstico), que resultou na condenação do agressor por júri popular.</p> <p>-Dia Nacional de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (18 de maio).</p>
<p><b>PARTICIPAÇÃO E APOIO A MOBILIZAÇÕES NACIONAIS</b></p> <p><b>INTERLOCUÇÃO COM UNIVERSIDADES</b></p>	<p>-Curso de treinamento para estudantes de Direito de diversas universidades da Bahia. Colaboração com CEDECA/BA e Governo do Estado da Bahia.</p> <p>- Encontro com professores da Universidade Federal do Paraná e universidades privadas para inclusão do tema no currículo de diversos cursos.</p> <p>- Apoio ao programa de Promotoras Legais Populares, da Universidade de Brasília, que treina mulheres líderes comunitárias em temas relacionados aos direitos humanos.</p> <p>- Parceria com Universidade de Brasília para inclusão do tema do tráfico de pessoas na grade curricular de diversos cursos.</p> <p>- Participação no programa "Diálogos" da Universidade de Brasília.</p> <p>- Curso de treinamento sobre tráfico de pessoas para 60 estudantes da Universidade de Brasília.</p> <p>- Apoio ao Prêmio Liberdade sobre Tráfico de Pessoas, oferecido pelo Ministério da Justiça para pesquisadores acadêmicos.</p> <p>- Curso de Longa Distância sobre Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas – parceria com Núcleo de Estudos da Paz (NEP) e Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília: 220 vagas, maioria preenchida por integrantes da PRF.</p> <p>- Apoio à Coleção Educação para os Direitos Humanos (NEP/CEAM/UnB) com o volume "Guia para formar cidadãos na universidade- vol. II. Desafios e perspectivas para enfrentar o tráfico de pessoas no Brasil".</p> <p>- Seminário sobre Gênero e Tráfico de Pessoas, parceria com o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu da Universidade de Campinas (Unicamp). Apoio da SEDH e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.</p> <p>- Participação no Seminário Relações Internacionais e Direitos Humanos da Universidade Católica de São Paulo.</p> <p>- Participação na 32ª. Reunião Nacional da ANPOCS, em Caxambu/MG.</p>
<p><b>CAPACITAÇÕES / TREINAMENTOS</b></p>	<p><b>OPERADORES DO DIREITO</b></p> <p>- Workshop para policiais em Santarém/PA: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Corpo de Bombeiros.</p> <p>- Curso de formação para agentes da lei do Estado da Bahia. Juizes e Procuradores da Justiça.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos de treinamento para agentes da Polícia Rodoviária Federal em nove estados (São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Amapá e Rio de Janeiro)</li> <li>- Seminário sobre Turismo Sexual em Recife. Polícia Federal e Polícia Francesa.</li> <li>- Fórum Nacional Papel da Mulher nas Instituições Policiais "Mulheres: Força e Humanização". Policiais femininas da PRF.</li> <li>- 1º Encontro de Agentes Públicos Responsáveis pelo combate ao Trabalho Forçado no Brasil. Fiscais do Trabalho, Procuradores do Trabalho e Polícia Federal.</li> <li>- Sensibilização de agentes da polícia migratória (Polícia Federal) que atuam no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP.</li> <li>- Apoio técnico a curso de treinamento da Polícia Rodoviária Federal em Salvador/BA.</li> <li>- Implementação de curso para organizações de Polícias Civis e Militares e Polícia Rodoviária Federal. São Paulo/SP- IBCCRIM.</li> <li>- Treinamento para Polícia Rodoviária Federal de Manaus/AM;</li> <li>- Suporte técnico no 25º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (ENAFIT);</li> <li>- Apoio ao treinamento da Rede Pair: Defesa e Responsabilidade em Ponta Porã/MS. Agentes de aplicação da lei.</li> <li>- Treinamento em Administração da Segurança Pública no Estado de Goiás. Oficiais da Polícia Rodoviária Federal.</li> <li>- Oficina Cooperação e Coordenação Policial no Mercosul e Chile no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Forças policiais de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile.</li> <li>- Treinamento em Mongangua/SP – Agentes da lei.</li> <li>- Diálogo com Ordem dos Advogados do Brasil sobre combate ao tráfico de pessoas. Plano Brasil contra a Violência.</li> <li>- Apoio ao treinamento da Rede Pair em Campo Grande/MS. Agentes de aplicação da lei.</li> <li>- Seminário Políticas Migratórias e Tráfico de Pessoas no Brasil: estudo de uma ferramenta. Policiais Federais.</li> <li>- Seminário sobre Tráfico de Pessoas em Mato Grosso do Sul. Polícia Rodoviária Federal.</li> <li>- I Seminário Internacional sobre Migração Irregular e Tráfico de Pessoas. Brasília/DF. Oficiais da Polícia Federal.</li> <li>- 1º Seminário de Treinamento para Defensores Públicos sobre Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas. São Paulo/SP.</li> <li>- Oficinas Regionais Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual e Laboral. Polícia Federal, apoio do Projeto e USAID.</li> </ul> <p><b>SOCIEDADE CIVIL/ONGS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Workshop para formação de Promotoras Legais Populares. Santarém/PA.</li> <li>- Workshop sobre protagonismo juvenil. Santarém/PA. Adolescentes.</li> <li>- Workshop para empregados de transporte terrestre e aquaviário. Santarém/PA.</li> <li>- Apoio ao treinamento da Rede Pair em Campo Grande/MS. Educadores, profissionais da saúde, turismo e gênero.</li> <li>- Treinamentos de agentes que trabalham na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Bahia.</li> <li>- Treinamento da rede de atenção direta em São Vicente/SP.</li> <li>- Apoio ao treinamento da Rede Pair: Defesa e Responsabilidade em Ponta Porã/MS. Rede de proteção.</li> <li>- Programa Mão Certa. Polícia Rodoviária Federal. Empresários.</li> <li>- Treinamento em Mongangua/SP. Representantes da sociedade civil.</li> <li>- Treinamento com rede de atenção as vítimas de tráfico. Guarulhos/SP. ASBRAD.</li> <li>- Treinamento com rede de atenção as vítimas de tráfico. Manaus/AM. ASBRAD.</li> <li>- Treinamento de técnicos responsáveis pela proteção de adolescentes ameaçados de morte. Belém/PA. SEDH.</li> <li>- Treinamento de Agentes de Turismo. Programa Turismo Sustentável e Infância. Diversos estados.</li> <li>- Treinamento de professores e líderes comunitários. Projeto "Escravo nem Pensar". Repórter Brasil. 22 municípios. 660 líderes comunitários. 1330 professores da rede pública.</li> <li>- Curso de formação dirigido a crianças vítimas de tráfico para exploração sexual. Arte como metodologia. Municípios atendidos pelo Pair. São Vicente/SP e Riacho Fundo/DF.</li> <li>- Fortalecimento do Protagonismo Juvenil. Instituto Nair Valladares. Treinamento de adolescentes para assumir papel de liderança nas comunidades. Riacho Fundo II e Recanto das Emas/DF.</li> </ul>
--	---

<p><b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b></p>	<p>- Encontro com empresários associados ao Programa Mão Direita, promovido pela ONG Infância Brasil. - Participação em Série de programas no Canal Futura sobre tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes.</p> <p><b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b></p> <p>Desde início de 2006, quando o governo brasileiro começou a discutir uma política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o Projeto foi chamado a contribuir. Em junho, o Projeto promoveu uma reunião de legitimação da política, com a participação de organizações governamentais, não-governamentais e internacionais. A política foi sancionada por decreto presidencial em outubro de 2006. A partir daí, o Projeto participou e deu suporte financeiro à primeira reunião preparatória para elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), em dezembro de 2006, com a participação de 35 instituições; apoio técnico para reuniões de elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, coordenado pelo Ministério da Justiça; apoio técnico para a elaboração da estratégia de monitoramento para avaliação do Plano Nacional e para a elaboração da sua matriz. O Projeto também apoiou a Revisão do Plano Nacional de Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes com a participação de 200 representantes da sociedade civil, agências governamentais e organizações internacionais.</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS</b></p> <p>A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) coordena o Disque 100, que recebe denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. O Projeto apoiou o treinamento dos operadores para que pudessem identificar, classificar e encaminhar casos de tráfico de pessoas e participou do processo de qualificação do programa. Também apoiou o órgão na realização de treze avaliações sobre o tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual em regiões de fronteira.</p> <p><b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b></p> <p>O Projeto prestou assessoria técnica nas áreas de questões legislativas e tráfico de pessoas para videoconferência promovida pelo Ministério da Educação para professores de todo o país, no âmbito do programa Escola que Protege.</p> <p><b>MINISTÉRIO DO TURISMO</b></p> <p>Parceria do Projeto com Ministério do Turismo para inclusão de módulo sobre tráfico de pessoas para exploração sexual no programa Turismo Sustentável e infância, que pretende atingir 40 mil profissionais da indústria do turismo. O programa é uma parceria do Ministério com a Confederação Brasileira de Convention &amp; Visitors Bureaux e com o Centro de Excelência em Turismo da UnB. O Projeto participou, em julho de 2007, do treinamento de 15 agentes locais responsáveis pela organização de seminários de sensibilização em 14 estados brasileiros. Durante o processo de treinamento foi realizado um diagnóstico da consciência dos operadores de turismo sobre exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas que resultou na publicação do documento Relatório de Avaliação sobre a Percepção do Setor de Turismo sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (publicado em parceria com Ministério do Turismo, Unicef e CET/UnB).</p> <p><b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b></p> <p>Parceria do Projeto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para realização de diversos seminários nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sobre combate ao trabalho forçado.</p> <p><b>MINISTÉRIO DO TRABALHO/ CONSELHO NACIONAL DE MIGRAÇÃO</b></p> <p>Em janeiro de 2008, o Projeto apresentou os conceitos de tráfico de pessoas, trabalho decente e migração laboral ao Conselho Nacional de Migração (órgão tripartite formado por governos, entidades sindicais e sociedade civil, encarregado de formulação de políticas públicas na área de migração). O Projeto apoiou técnica e financeiramente a publicação da cartilha Brasileiras e Brasileiros no Exterior: informações úteis, uma iniciativa do Ministério do Trabalho e do Conselho Nacional de Migração, no qual a OIT participa como observador. O Projeto contratou consultoria para produzir um ensaio sobre as interfaces entre migração laboral, tráfico de pessoas e Trabalho Decente, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Conselho Nacional de Migração. O resultado foi o artigo "Trabalho Decente, Migração para o Trabalho e Tráfico de Pessoas: a abordagem da OIT". Em agosto de 2008 o Projeto promoveu, juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Conselho Nacional de Migração, o Dialogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho, que aconteceu em Itapepetica da Serra (SP). Na ocasião, o Projeto promoveu a assinatura de uma Declaração Conjunta entre o Escritório da OIT no Brasil e o Ministério do Trabalho para cooperação nas áreas de migração para o trabalho e tráfico de pessoas. Estava presente o MIGRANT director, Ibrahim Awad, de Geneva HQ.</p> <p><b>GOVERNOS ESTADUAIS</b></p> <p><b>BAHIA</b> - suporte técnico para Seminário de Elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas na Bahia. Esta foi a primeira iniciativa</p>
----------------------------------	--

estadual e serviu como metodologia para que outras unidades da federação discutam seus próprios planos. No ano seguinte, apoio técnico para o II Fórum Estadual de Combate ao Tráfico de Pessoas – Estratégias de Proteção e Atenção e inclusão do tema do tráfico de pessoas na Agenda de Trabalho Decente do Estado da Bahia.

**PARÁ** - treinamento de empregados governamentais responsáveis pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), em Belém (PA).

**MARANHÃO** - Audiência Pública no Estado do Maranhão, que teve como tema a exploração sexual de crianças e adolescentes. Estavam presentes altas autoridades do estado, que mostraram grande interesse na formulação de um plano estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

**RIO DE JANEIRO** - reunião do Projeto com a Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, juntamente com outras agências especializadas das Nações Unidas, com o objetivo de pensar possibilidades de assistência técnica para formação de equipe de atendimento em centro para pessoas traficadas, no aeroporto Tom Jobim.

### OBJETIVO IMEDIATO 3

AO FINAL DO PROJETO, A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL TERÁ SIDO AUMENTADA.



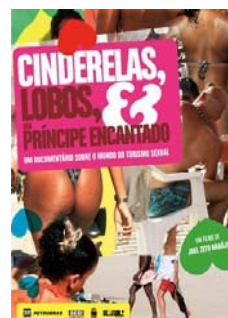
O Projeto apoiou uma série de iniciativas dos parceiros tripartites voltadas para a ampla divulgação de informações sobre o tráfico de pessoas. Estas ações incluíram campanhas e eventos de sensibilização e informação, envolvendo a participação nas principais efemérides nacionais de mobilização (18 de maio, 12 de junho e Carnaval). Foi utilizado com sucesso o recurso de projeção de filmes nacionais nas oficinas, como é o caso de *Anjos do Sol*, de Rudi Lagemann e *Cinderelas, Lobos e um Príncipe Encantado*, de Joel Zito Araújo. O Projeto, em termos gerais, atendeu às demandas por informações dos parceiros tripartites e desenvolveu ações localizadas, visando atender populações em situação de maior vulnerabilidade. Também apoiou a capacitação de jornalistas brasileiros de veículos estratégicos e de grande abrangência realizou coletivas de imprensa para a divulgação de publicações. Um destaque deve ser dado para a campanha "Nos Rios, nos Mares e nas Costas em defesa das crianças e dos adolescentes" que envolveu sindicatos dos trabalhadores nos transportes aquaviários de nove países e foi realizada em parceria com a ITF (Federação Internacional dos Trabalhadores nos Transportes) e a FNTTAA (Federação Nacional dos Trabalhadores nos Transportes Aquaviários e Afins).

### CAMPANHAS/ SENSIBILIZAÇÕES

- Apoio as ações do Governo Federal e do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes realizadas no âmbito do 18 de Maio – Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.
- Campanha de sensibilização Blitz Cidadã e 4 workshops. BR-163. Santarém-PA. Assinatura do Pacto de Santarém.
- Apoio ao Bloco Cidadão da Estrada. Santarém/PA. PRF. CNT. SEST/SENAST. WFC.
- Campanha durante Carnaval de 2007 para a prevenção do turismo sexual de crianças e adolescentes. Salvador / BA, Fortaleza / CE, e Recife / PE.
- Suporte técnico e financeiro à realização de avaliação de impacto da campanha nacional "Unidos contra a exploração sexual de crianças e adolescentes – Entre para este bloco". Carnaval 2007. Ministério do Turismo/SEDH/ outros organismo governamentais e organizações da sociedade civil.
- Parceria com o Instituto Nair Valadares (INAV) para a construção de uma metodologia para capacitação de jovens vítimas de exploração sexual, visando seu envolvimento em atividades de sensibilização de profissionais do Sistema Penal
- Parceria com a Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização Solidária (ALFASOL). "A Promoção dos Direitos das Mulheres na Região do Vale do Jequitinhonha, por meio da Educação de Jovens e Adultos e do Fortalecimento Institucional", financiado pela Iniciativa Européia para a Democracia e os Direitos Humanos
- Apoio ao lançamento e à divulgação do filme brasileiro <i>Anjos do Sol</i> , que aborda a questão do tráfico interno de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Utilização do filme em eventos de capacitação sobre o tema do tráfico de pessoas.
- "Escravo nem pensar". Parceria com a ONG Repórter Brasil. Treinamento de professores do ensino fundamental e líderes comunitários em municípios de baixo IDH relacionados com o aliciamento de mão-de-obra escrava
- Campanha Internacional contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual, voltada para os trabalhadores aquaviários. Parceria entre OIT/TIP, FNTTAA e ITF. Envolvimento de nove países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana Inglesa, Paraguai, Uruguai, Peru e Venezuela



- Parceria com trabalhadores da cadeia produtiva do turismo. Programa Turismo Sustentável e Infância Ministério do Turismo/Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux / Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília
- Oficina Regional "Mídia, Trabalho Infantil Doméstico, Exploração Sexual Comercial e Tráfico de Crianças e Adolescentes. OIT Paraguai. 19 jornalistas e 30 fontes de informação dos países da tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)
- Apoio, com Partners of America, de atividades de mobilização e sensibilização em Fortaleza/CE no Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil (12 de Junho 2007).
- Reunião técnica com operadores do Disque 100. Com SEDH. Julho 2007.
- Atividades de sensibilização em aeroportos internacionais. Guarulhos/SP. Belém/PA.
- Reunião técnica com setores do transporte do Estado do Para. Agosto de 2007.
- Conferencia de Imprensa no lançamento "Guia para localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das rodovias federais brasileiras".
- Lançamento da Campanha do Carnaval de 2008 "Sexo só se for legal – exploração sexual de crianças e adolescentes é crime – Disque 100". Salvador/BA, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Corumbá/MS, Recife/PE, Porto Alegre/RS e Natal/RN
- Dia da Criança da Polícia Rodoviária Federal- dia de atividades com crianças de diversas instituições.
- Projeto Interagindo com a Comunidade Imigrante na Prevenção ao Tráfico de Pessoas e suas conseqüências – Parceria com CAMI, SPM e CNBB. São Paulo/SP. DVD.
- Participação no evento dos 18 anos do ECA. Março 2008. Parceria com Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança.
- Coordenação do evento do 18 de Maio – Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro/RJ. Maio 2008. Parceria com Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos.
- Participação no evento "10 anos de Conselho Escolar". Mato Grosso do Sul.
- Participação no Grupo de Referência para planejamento, organização e implementação do III Congresso Mundial de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro/RJ. Novembro 2008.
- Reunião com o Programa Mão Direita. PRF e empresários.
- Participação no programa do Canal Futura chamado "Salto para o Futuro", na série "Educação e Trabalho Infantil".
- Apoio para a exibição do filme "Olhando para a exploração sexual de crianças e adolescentes". Rio de Janeiro/RJ. III Congresso.
- Apoio e parceria na campanha do Carnaval de 2009 "Exploração Sexual d Crianças e Adolescentes é Crime. Denuncie! Procure o Conselho Tutelar de sua cidade ou Disque 100." Manaus/AM, Belém (PA), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Corumbá (MS) e Porto Alegre (RS).
- Utilização do filme <i>Cinderelas, Lobos e um Príncipe Encantado</i> nas Oficinas Regionais da Polícia Federal.





### 3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

#### Objetivo Imediato 1

*“A produção de conhecimento foi uma pauta da OIT” (parceiro institucional)*

Um dos grandes diferenciais do Projeto, apontado pelos parceiros, foi a produção de conhecimento de qualidade e a competência técnica. O conhecimento gerado significou para os parceiros e para o público em geral o acesso a informações inéditas sobre o tráfico de pessoas e suas particularidades assim como sobre legislações nacionais e internacionais. Permitiu que realidades que eram apenas verbalizadas pelos atores locais e institucionais assumissem o caráter de conhecimento. O Projeto demonstrou que executar procedimentos a partir deste conhecimento poderia alterar estas realidades. Em função disso, hoje a rede de enfrentamento tem mais subsídios, metodologias e instrumentos de ação.

Também foi ressaltado o papel do Projeto na aproximação e na mobilização das Universidades. Foi bastante elogiado o fato de o Projeto ter intermediado a abertura da plataforma de educação à distância da Polícia Federal para outros públicos. Também foi destacado pelos parceiros que as publicações do Projeto acabaram fortalecendo as políticas, ao permitir a capacitação de agentes públicos.

Em termos conceituais, parece que ainda é preciso definir melhor o que é *trabalho forçado*. Existe um conceito mais familiar ao senso comum brasileiro, que é o de *trabalho escravo*, referido sobretudo ao trabalho rural, masculino e adulto. Por se tratar de categoria nativa, tem uma força política muito grande, que se traduz nos planos e políticas criados para a sua erradicação. Recomenda-se a intensificação de pesquisas capazes de caracterizar outras formas de trabalho forçado no país, como tráfico para trabalho doméstico (infantil e adulto, interno

e internacional), tráfico para trabalho forçado infantil (em todas as ocupações e áreas) e tráfico para trabalho forçado de adultos na zona urbana (especialmente bolivianos em São Paulo).

Seria importante a construção, a partir das pesquisas realizadas e em andamento (tanto no âmbito do Projeto quanto da academia e do governo), de um mapa sobre o tráfico para fins de trabalho forçado em todas as suas modalidades, levando em consideração os aspectos de geração, gênero e raça. Com isso, pretende-se formar uma visão unificada do tráfico de pessoas com as suas especificidades, relacionando inclusive com a migração ilegal e o mundo do trabalho. Este sem dúvida será um resultado de fundamental importância para o país, tanto em termos de conhecimento da realidade quanto da construção de políticas públicas mais eficientes.

Vale registrar que diversos parceiros afirmaram que o Projeto significou um avanço no debate da questão de gênero, especialmente para o movimento de defesa de direitos de crianças e adolescentes, que pôde se aproximar do movimento de mulheres. Ao deslocar a questão de gênero da superficialidades para o ângulo estruturante, o Projeto teria sido o único espaço real do debate da questão de gênero no âmbito do tráfico de pessoas. Recomenda-se, nesse sentido, que a aproximação com o movimento de mulheres e com os grupos de estudos de gênero seja estreitada e que se traduza em novas pesquisas e seminários.

Em relação ao exitoso *Guia para a localização dos pontos vulneráveis à exploração Sexual infanto-juvenil ao longo das rodovias federais brasileiras*, que já está servido como instrumento para gestores das áreas de educação, assistência social e saúde, entre outros, recomenda-se uma nova edição, atualizada, na qual fiquem mais claros os critérios para a definição de pontos nas estradas brasileiras como “vulneráveis”; se faça uma distinção entre pontos vulneráveis para exploração sexual de meninas, de mulheres adultas, de meninos e de homens adultos, etc; e a inclusão de uma listagem de serviços e centros específicos de atendimento às crianças (demanda da própria Polícia Rodoviária Federal). Para atingir tal objetivo, será preciso reunir os chefes dos setores de operação da PRF, para se discutir a metodologia e se planejar uma estratégia de coleta de dados mais detalhados e de forma unificada para todo o país.

Recomenda-se enfaticamente a continuidade do projeto de elaboração de um guia de pontos vulneráveis para tráfico de pessoas nos rios brasileiros, especialmente das bacias de Santarém (PA) e Corumbá (MS), uma vez que nas regiões Norte e Centro-Oeste os rios são um dos principais meios de transporte da população, além de áreas de coexistência social, de reivindicações e de tráfico. Parte do trabalho já foi feito na bacia Paraná-Paraguai, na região de Corumbá. O tempo das águas em Santarém inviabilizou que o mesmo trabalho fosse realizado na bacia do rio Tapajós. Ficou evidente para a equipe a necessidade de detalhar os dados sobre a estrutura e condições de

operação dos rios, a competência dos órgãos para responder as demandas sociais pelas populações ribeirinhas, especialmente o direito a um transporte decente, seguro e constante. Trata-se de tarefa urgente, que poderá contar com o apoio dos seguintes parceiros institucionais do Projeto, responsáveis pela pesquisa em Corumbá: Federação Nacional de Aquaviários, especialmente através de sindicatos locais; CECRIA; UFMS; e os órgãos públicos municipais.

Em relação ao guia *Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual*, identificou-se que cobre superficialmente a questão do tráfico de crianças. Recomenda-se a publicação de um suplemento ao manual que lide especificamente com a questão infantil, com foco nas meninas.

Em relação a todas as publicações do Projeto (próprias ou com parceiros), recomenda-se a edição de versões resumidas e didaticamente pensadas para um público maior (especialmente profissionais das áreas de prevenção e proteção). Da mesma forma, os integrantes das redes de proteção solicitaram a edição de *folders* que tragam as informações simplificadas sobre o tráfico de pessoas para trabalho forçado, para serem utilizados em rodovias e hidrovias, escolas, postos de saúde, terminais de transporte, postos de fiscalização, redes consulares, entidades de proteção e apoio, etc.

No que se refere ao contato com as Universidades, Academia Nacional de Polícia e outros institutos de formação de policiais, recomenda-se que se intensifique o trabalho no sentido de introduzir o tráfico de pessoas como tema transversal dos currículos. Capacitações e campanhas são importantes, mas a formação de profissionais com sensibilização para o tema é fundamental para o enfrentamento da questão.

## Objetivo Imediato 2

*“O programa foi fundamental para se visualizar a existência do tráfico de pessoas no Brasil” (parceiro institucional)*

*“O Programa organizou diferentes práticas e pensamentos. Criou-se um espaço de diálogos.” (parceiro institucional)*

*“O Programa foi um dos principais responsáveis pelo aumento no número de investigações, inquéritos e condenações em relação ao tráfico de pessoas”. (parceiro institucional)*

O Projeto foi apontado por alguns de seus parceiros como grande articulador de instituições, pessoas e práticas diferenciadas. Capacitou instituições e pessoas a falar sobre o tema e fazer planejamentos, ou seja, preparou-os para uma prática efetiva de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Em função do Programa, a rede passou a ter mais subsídios para agir do que há quatro anos atrás.

A partir das capacitações, as corporações policiais perceberam que o que viam como migração ou algo transitório poderia ocultar

situações de tráfico, que deveriam ser enfrentadas com competência. Isto levou a um agendamento positivo no setor defesa e responsabilização. Foram criadas linhas de investigação e grupos especiais.

Ou seja, a capacitação foi considerada pelos parceiros como fundamental para que o sistema de segurança e justiça conhecesse o tema, identificasse seus limites e - sem precisar aumentar o efetivo ou equipamentos - se tornasse mais competente. Hoje o tráfico de pessoas compõe a agenda do setor de segurança no Brasil, sendo reconhecido como violação de direitos humanos, que precisa ser enfrentada com processos investigatórios competentes que sustentem a ação judiciária.

A articulação com as polícias e com os empregadores e trabalhadores do transporte é apontada como um mérito do Programa, assim como seu trabalho de apoio ao protagonismo juvenil, traduzido em sua atuação na preparação e realização do III Congresso. Outra questão positiva ressaltada é a forma como a questão dos rios foi revelada, chamando a atenção para o tráfico em "regiões invisíveis".

Na relação com órgãos de governo, foi citado como aspecto positivo e inovador a interface do Projeto com o Disque 100 da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que não tinha o tráfico de pessoas como categoria. Além disso, com o apoio do Programa foi pactuado o fluxo de denúncia do Disque 100 com a PRF e a PF.

Diversos parceiros registraram que o Projeto permitiu o tensionamento das diferentes posições e o surgimento de novos discursos. No movimento de crianças, por exemplo, permitiu que viessem à tona dificuldades na discussão sobre direitos sexuais. Na área de trabalho escravo, trouxe firmemente a discussão de gênero, nem sempre revelada. Da mesma forma, demonstrou que existem algumas dificuldades em se pensar o tráfico de pessoas em suas interfaces com as migrações para o trabalho.

A discussão e a análise da legislação avançou pouco. Um dos principais fatores responsáveis por isso foi a crise política que atinge o Congresso Nacional e que tem dificultado sobremaneira o processo legislativo. Recomenda-se que as entidades que estão à frente no enfrentamento ao tráfico de pessoas se organizem para trabalho de *advocacy* junto às lideranças partidárias, além do trabalho normal de acompanhamento dos projetos considerados prioritários. Recomenda-se consolidar a relação da OIT com a representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

O Projeto trabalhou no sentido de articular as diferentes comissões que tem como atribuição os temas relativos ao tráfico de pessoas para os dois fins, a CONATRAE, a CONAETI e a Comissão responsável pelo enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Recomenda-se que, com o encerramento do Projeto, a OIT continue estimulando a articulação destas comissões.

Um dos desafios da avaliação de meio-termo no que se refere à Polícia Rodoviária Federal foi a promoção de um maior vínculo com as

entidades de assistência às crianças vítimas de exploração sexual comercial e violência sexual seria importante. Isso foi atendido, em grande parte, pelo *Manual de capacitação sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas*, mais especificamente pelo CD que o acompanha, com informações sobre a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas (Guia "Quem é quem").

Ainda em relação as polícias, a auto-avaliação indicava a necessidade de um trabalho mais focalizado com a Polícia Federal, principalmente para estimular o contato com a rede de defesa e responsabilização. Recomendava-se, também, que o trabalho com a Polícia Federal fosse mais fluido a nível nacional. As Oficinas Regionais Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual e Laboral, feitas pela corporação, com apoio do Projeto e da USAID, estão respondendo tanto à demanda de articulação com a rede quanto de ampliação do debate nacionalmente.

Na avaliação de meio-termo, identificou-se que o trabalho com o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Contra Crianças e Adolescentes e com a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), da Secretaria de Direitos Humanos, poderia aumentar seu potencial se materiais específicos e metodologias precisas na área de atenção (meninas, meninos, jovens) às vítimas de exploração comercial sexual forem elaborados.

Embora atualmente a Secretaria de Direitos Humanos tem desenvolvido novas metodologias para lidar com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (inclusive adolescentes ameaçados de morte), como o trabalho com os CREAS e o seguimento de programas como PAIR e SENTINELA, o Projeto assinalou que as instituições que lidam com estes problemas carecem de metodologias e pessoal treinado especificamente nesta problemática. Este tema será retomado nas Lições Aprendidas.

O trabalho do Projeto junto ao Ministério de Relações Exteriores para construção de uma política consular de atendimento a vítimas de tráfico poderia ter avançado mais, inclusive quando da realização da conferência "Brasileiros no Mundo", a I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, que foi realizada no Rio de Janeiro nos dias 17 e 18 de julho de 2008, sob patrocínio da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Recomenda-se que, na II Conferência, que será realizada no segundo semestre de 2009, a participação da OIT e da rede de enfrentamento seja articulada, para pautar o tema do tráfico de pessoas.

Uma das conclusões da auto-avaliação foi que após um período de fortalecimento das parcerias e das políticas públicas nacionais com vários resultados relevantes, o Projeto TIP estva entrando numa fase de potencializar as suas ações a nível Estadual, favorecendo o diálogo social e o fortalecimento das instituições locais e da formulação de políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, inclusive do tráfico

interno. Sem dúvida o Projeto está sendo encerrado com esta tarefa começada e com uma imensa demanda local pela continuidade de sua assessoria técnica. Recomenda-se que a OIT procure encontrar formas de apoiar a rede de enfrentamento nesta nova e fundamental fase do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

### **Objetivo Imediato 3**

*O enfrentamento ao tráfico de pessoas tornou-se agenda permanente. (parceiro institucional)*

*A partir do Programa, criou-se uma cultura de participação nos processos sociais. (parceiro institucional)*

*Passei o filme Anjos do Sol e as pessoas da comunidade começaram a se identificar. Antes diziam "isso não existe". (integrante da rede)*

*Com a campanha, cresceram as denúncias. (integrante da rede)*

O Projeto, apoiou tecnicamente e/o financeiramente todas as iniciativas de divulgação de informações sobre o tráfico de pessoas realizadas pelos parceiros tripartites, incluindo campanhas e eventos de sensibilização. Tal parceria, coetânea as discussões sobre a Política e o Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, permitiram que as ações de sensibilização fossem realizadas em nível nacional, obtendo significativo alcance. Vale registrar que diversos parceiros apontaram que as campanhas da OIT tiveram caráter inovador nas mensagens e imagens, sendo consideradas instigadoras e provocativas.

A avaliação de meio-termo indicou que o Projeto deveria apoiar a campanha nacional sobre tráfico de pessoas, prevendo recursos para avaliação de impacto; realizar ações de sensibilização nos 9 estados definidos como prioritários no Projeto, considerando as especificidades locais e o fortalecimento do enfoque de gênero. As campanhas realizadas no Carnaval tiveram grande impacto nacional e local, com ampla distribuição de material. O Projeto promoveu a avaliação do impacto de uma dessas campanhas, no estado do Ceará. As mobilizações do 18 de maio também foram exitosas, assim como o apoio ao 12 de junho. A experiência com os aquaviários no trabalho desenvolvido em Corumbá (MS) e Santarém (PA) foram apontada como exemplo de como uma campanha pode mobilizar uma cidade e aumentar a autoestima da população. Recomenda-se que o tráfico de pessoas permaneça como tema das efemérides nacionais na área da criança e do adolescente e que as campanhas voltadas para o tráfico de adultos sejam fortalecidas.

Também aconteceram atividades pontuais, voltadas para populações vulneráveis. Um exemplo foram as exposições do filme *Anjos do Sol*. A história de meninas traficadas funciona como uma espécie de espelho para a comunidade, produzindo ao mesmo tempo identificações e estranhamentos, sentimentos fundamentais para o

processo de conscientização. Recomenda-se que o filme siga sendo utilizado e que seja dublado para o espanhol, para atingir o público regional.

A auto-avaliação identificou a necessidade de uma estratégia de comunicação articulada que incluísse um monitoramento mais sistematizado da cobertura do tema tráfico de pessoas pelos veículos de comunicação e a realização de coletivas de imprensa como uma atividade de rotina. O Projeto, depois disso, seguiu apoiando a capacitação de jornalistas brasileiros e realizou novas coletivas de imprensa para a divulgação de publicações. Trata-se de atividade fundamental para a conscientização da população e que garante a sustentabilidade do tratamento correto do tema pela mídia. Recomenda-se que o canal de contato criado com estes jornalistas seja alimentado com o material de encerramento do projeto e indicativos de que o tema permanecerá prioritário para a OIT.

A auto avaliação também apontava a necessidade de um trabalho especial com os migrantes, por meio de um produto semelhante ao Passaporte para a Liberdade (voltado para mulheres que vão ao exterior em busca de trabalho no mercado sexual), mas focalizando homens e mulheres em busca de trabalho (em qualquer área) em outros países. A cartilha *Brasileiras e Brasileiros no Exterior: informações úteis*, foi o produto que atendeu a esta demanda. Recomenda-se que a OIT e a rede participem e pautem a II Conferência Brasileiros no Mundo, que acontecerá no segundo semestre de 2009, com a presença de representantes das comunidades de brasileiros no exterior.

No geral, as metas em relação ao Objetivo Imediato 3 foram cumpridas, o que pode ser demonstrado pelo aumento no número de denúncias logo após as campanhas e coletivas de imprensa. Recomenda-se um monitoramento do número de denúncias antes e depois das campanhas, de forma a criar indicadores do quanto a sociedade brasileira está protegendo suas crianças.

## 4. LIÇÕES APRENDIDAS

### OBJETIVO IMEDIATO 1

O Projeto partiu da necessidade de produzir conhecimento sobre *tráfico de pessoas*. Embora isso tenha sido realizado, foram enfrentados problemas que podem trazer ensinamentos para a OIT e seus parceiros estratégicos, assim como para a sociedade civil brasileira como um todo. Inicialmente, constatou-se a dificuldade de reunir em uma só reflexão o tema do *trabalho escravo* e o tema da *exploração sexual*. Tais questões vão além dos conceitos, envolvem estruturas de trabalho, políticas públicas e comissões ou conselhos técnicos. Em função disso, não se conseguiu elaborar pesquisas e diagnósticos conjuntos,



envolvendo as duas situações. Isso acabou resultando em dificuldades na execução de uma estratégia própria do Projeto.

Nas entrevistas realizadas com os parceiros, assim como na Oficina de Avaliação, a questão da junção de temas, projetos e planos nacionais foi citada como um desafio corajoso mas de difícil enfrentamento. Ao incorporar a idéia de *trabalho escravo* à *trabalho forçado*, enfrentou-se imediatamente dois problemas: (1) o risco de enfraquecer politicamente a categoria nativa *trabalho escravo* ao diluí-la em *trabalho forçado*; e (2) resumir a categoria *trabalho forçado* a *trabalho escravo*, e com isso ofuscar outras formas de trabalho forçado, como o trabalho infantil doméstico, a exploração sexual e o trabalho urbano. O Projeto acabou trazendo também o tema das *migrações* para o debate e para a produção de conhecimento. Com isso tornou-se ainda maior o desafio da produção de um conhecimento que englobasse todas as principais variáveis do conceito de tráfico de pessoas.

No encerramento das suas atividades quando, apesar das dificuldades, o Projeto acabou por auxiliar na delimitação do papel da OIT no enfrentamento ao tráfico de pessoas (inclusive perante outras agências do sistema nações unidas), a grande lição aprendida por todos foi que pensar conjuntamente *exploração sexual*, *trabalho escravo* e *migrações* é hoje um dos maiores desafios para que se cumpra a Agenda de Trabalho Decente no Brasil. As especificidades e complexidades de cada área, as estruturas de enfrentamento já criadas, as equipes e comissões já institucionalizadas, não devem ser empecilho para tentativas de articulações, mesmo que pontuais. Uma possibilidade seria a realização de um seminário conjunto das três áreas, com ampla autonomia e visibilidade para cada uma, mas tendo como pano de fundo a questão do tráfico de pessoas como antítese do trabalho em liberdade.

## **OBJETIVO IMEDIATO 2**

O Projeto chegou num momento histórico e político de fortalecimento da noção de direitos no estado brasileiro. Tanto sua equipe quanto grande parte dos parceiros estratégicos são pessoas que vêm de uma trajetória de compromisso com a defesa dos direitos. Nesse sentido, os atores fizeram diferença. Nas palavras de um dos entrevistados, “o projeto caiu numa rede confortável”, que permitiu a união de objetivos e que se traduziu na imensa quantidade de ações realizadas.

Além disso, o Projeto processou sua execução por dentro dos parâmetros da política pública. Com isso ele teve êxito em embutir questões na pauta nacional. “Os ganhos do Projeto foram os ganhos da política e as perdas do Projeto as perdas da política”, afirmou um entrevistado. Se em alguns aspectos o Projeto pode ter perdido sua individualidade e visibilidade ao entrar no amalgama das ações do

PNETP, do ponto de vista institucional vai deixar uma herança forte, consolidada de outras formas. Essa “mistura” foi apontada por alguns dos parceiros como um ganho para o Projeto, que se reconheceu como não sendo único, nem autárquico, inaugurando, talvez, uma nova forma de cooperação.

Como já foi apontado no item anterior, o Projeto aceitou o desafio de enfrentar como problemática única objetos que se formam a partir da desigualdade e que se manifestam em complexidades: o trabalho escravo, a exploração sexual e as migrações laborais. Ao fazê-lo, procurou reunir conceitos, equipes, políticas e atores sociais. Um dos resultados desta articulação foi o fortalecimento da aliança entre o PTNET e o Plano Nacional de Combate a Exploração Sexual. Com isso, o Projeto soube tirar a questão do gênero da superficialidade para o ângulo estruturante, demonstrando que os direitos fundamentais não têm idade. Outro avanço foi a articulação com o Conselho Nacional de Migração para construção de políticas públicas. Obviamente as tensões inerentes ao debate vieram à tona e foram acolhidas pelo Projeto. Como se desdobrará esta tensão, fundamental para a sociedade brasileira, dependerá da capacidade da rede como movimento de defesa dos direitos.

O Ministério da Justiça está trabalhando para a implementação de uma Plataforma de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas, na qual serão inseridos todos os casos identificados pelos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Haverá um “fale conosco” para esclarecimento de dúvidas e um arquivo de publicações. A meta é unir os esforços com a PRF, a PF e o MPF, ampliando os parceiros. Desta forma, a Plataforma poderá identificar as rotas e os fluxos, além de informações sobre idade, sexo e procedência das vítimas. A dificuldade na criação de um banco de dados está ligada a difícil coordenação de temas apontada acima, com seus próprios planos e dados.

Alguns dos parceiros apontaram para o poder estruturante do Projeto. Numa expressão que se repetiu em diversas entrevistas, o “chamamento da OIT” foi fundamental. Sem ele, entendem que o Plano Nacional demoraria muito mais tempo, por exemplo, para inserir as polícias na prática de intersetorialidade. Este foi um resultado inesperado e percebido com muito entusiasmo pelos parceiros: os atores da defesa e responsabilização se identificando com as atividades de proteção e vice e versa. Se o projeto não tivesse existido, afirmam, o tráfico de pessoas continuaria a ser tratado como questão apenas criminal, não se pensaria a exploração sexual como modalidade de tráfico de pessoas e o Brasil não se perceberia como parte do processo, com um papel importante a cumprir.

Alguns parceiros entendem que o encerramento do Projeto vai enfraquecer o Plano, principalmente no que se refere a produção de conhecimento e capacidade de articulação entre as polícias, inclusive no âmbito do MERCOSUL. Da mesma forma, afirmam que sem o Projeto

a rede também fica enfraquecida: “ele é um elo fundamental para que a corrente não se rompa”.

Outros parceiros, no entanto, afirmam que a sustentabilidade do projeto está garantida pela inclusão do tema em matrizes de formação, na pauta das polícias, nas categorias do disque denuncia e no PAIR (com a inclusão das Universidades, a perspectiva do PAIR no MERCOSUL e na Cooperação Sul-Sul). Existem dúvidas, no entanto, em relação a manutenção da mobilização de trabalhadores e empregadores. Percebe-se como um grande ganho do Projeto a incorporação dos aquaviários à rede e teme-se perder este contato. A solução para esses impasses passaria, no entender de alguns entrevistados, pela criação de uma Comissão Nacional ou fórum, que garantisse a continuidade das ações.

Finalmente, temos a lição aprendida que vem da base. Na Oficina de Avaliação realizada em Manaus com integrantes da rede de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, foram identificadas uma série de dificuldades de implementação do combate ao tráfico de pessoas quando a questão chega ao nível local: alta rotatividade de funcionários [cargos de chefia e de confiança] que participaram das capacitações; as capacitações e o material produzido pelo Programa não chegam aos atores diretamente envolvidos com o público alvo [secretarias de educação, ação social, saúde, escolas, etc.]; sugestão de capacitações por instituições; necessidade de um banco de dados que informe sobretudo sobre os fluxos; necessidade de maior vínculo entre a rede de prevenção/repressão e a rede de atendimento; necessidade de *folders* com linguagem acessível; e dificuldade de se trabalhar com o conceito de tráfico de pessoas diante de tradições culturais arraigadas, que passam pela naturalização do trabalho infantil doméstico. Nesse sentido, fica claro que é fundamental o empoderamento dos executores do PNETP. Se o Projeto tivesse previsão de continuidade, esse seria seu grande desafio. Um trabalho com os governos estaduais e municipais e, sobretudo, com a base, seria fundamental para a garantia de uma sustentabilidade a longo prazo.

A guisa de conclusão, duas importantes lições aprendidas: **o convite da rede de exploração é o trabalho e a exploração se dá na circulação das pessoas**. Como enfrentar o tráfico garantindo o direito ao trabalho decente e à livre circulação deve ser a meta de todos que, graças a atuação do Projeto e de seus parceiros, aprenderam que o tráfico de pessoas é sobretudo um fenômeno social, a ser enfrentado no campo dos direitos.

### OBJETIVO IMEDIATO 3



As lições aprendidas referem-se à necessidade de desenvolver uma estratégia de comunicação mais clara e articulada. Para isso, seria importante fortalecer os aspectos de monitoramento e avaliação da mídia, bem como do impacto das ações de sensibilização da sociedade, realizadas por meio de campanhas. Para alguns parceiros, as campanhas deveriam finalizar com termos de adesão e de responsabilidade. Outros parceiros discordam e acreditam que o êxito das campanhas se dará quando a sociedade brasileira tomar para si o problema, como já fez em relação o combate à AIDS e ao câncer de mama, por exemplo. A incorporação ao imaginário da população do símbolo do trabalho em liberdade poderia ser um caminho. Daí a necessidade, em termos de sustentabilidade, de se discutir essa estratégia com profissionais da mídia e de comunicação popular.

## 5. BOAS PRÁTICAS

A identificação de boas práticas é especialmente relevante para projetos de cooperação técnica dentro e fora da OIT.<sup>4</sup> No momento da avaliação de meio-termo do Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas foram selecionadas cinco Boas Práticas. Em relação ao Objetivo Imediato 1, o Guia para mulheres traficadas no exterior “**Passaporte para a Liberdade**” e o **Mapeamento de pontos vulneráveis** à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras; no que se refere ao Objetivo Imediato 2, o **Curso de formação direcionado a crianças e adolescentes vítimas do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual** e o **Treinamento da PRF**; e ao Objetivo Imediato 3, o **uso de filmes de longa-metragem para estratégias de sensibilização sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes**. Nas Oficinas e entrevistas realizados com os

---

<sup>4</sup> Uma Boa Prática baseia-se nos seguintes critérios: Relevância: o quanto a experiência é aplicável às pessoas e ao contexto vigente nos planos político, institucional, cultural, social e econômico. Impacto: o quanto a experiência demonstra um impacto positivo e tangível, direta ou indiretamente, na vida das pessoas e nas políticas públicas. Sustentabilidade: o quanto a experiência demonstra condições de continuar a ser eficaz durante o tempo e qual o seu grau de resposta às mudanças de contextos e de demandas. Eficácia / Eficiência: o quanto a experiência atingiu seus objetivos com sucesso e se atingiu a máxima relação custo-benefício. Inovatividade / Criatividade: o quanto a experiência desperta o potencial interesse de outros, sem a necessidade de ser absolutamente original, mas com um grau de inovação que possa servir de inspiração para adotá-la em outros contextos. Replicabilidade: por definição, o quanto a experiência é adaptável e em que grau seus princípios e ações podem ser aplicados em contextos similares. Também é levado em consideração na identificação de uma boa prática sua facilidade de implementação, sensibilidade ética e de gênero, além do empoderamento no que tange os constituintes da OIT no país.

parceiros do Projeto surgiram outras sugestões de boas práticas, quais sejam: Objetivo Imediato 1 - **Seminário sobre Tráfico de Pessoas e Gênero; curso na UnB; Objetivo Imediato 2 - Diálogo Tripartite [Itapecerica da Serra] ; Oficinas Regionais Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual e Laboral / PF ; Capacitação de Policiais do MERCOSUL e Objetivo Imediato 3 - Campanha com Aquaviários.**

No quadro a seguir, listamos as características de cada Boa Prática sugerida:

Boa Prática	Por que?	Próximo passo
<b>Objetivo Imediato 1</b>		
"Passaporte para a Liberdade"	Guia para orientar a mulher brasileira no exterior e de alertar potenciais vítimas de redes de aliciamento à exploração sexual comercial. O guia foi elaborado de modo a simular o novo formato do passaporte brasileiro, no que tange especialmente ao tamanho de bolso e às cores azuis. Sendo assim, além da praticidade do transporte desse guia, ele se torna atrativo não só para pessoas em trânsito para o exterior, mas também, para a o manuseio dos profissionais de consulados brasileiros e dos postos de migração.	Distribuição de exemplares do Passaporte para a Liberdade para consulados brasileiros no exterior (sobretudo em países da Europa e nos Estados Unidos), por meio dos serviços internos do MRE, além da distribuição aos aeroportos por meio da Polícia Federal.
Mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras.	Esse mapeamento não serve apenas para um aumento da base de conhecimento sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes no Brasil, mas como uma ferramenta concreta para subsidiar ações de repressão da Polícia Rodoviária Federal e de outros operadores de direito, além de servir de insumo para a formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento desse fenômeno.	Utilização desse guia pela própria Polícia Rodoviária Federal para notificar oficialmente os estabelecimentos em cujos pontos de vulnerabilidade foram identificados. Essa estratégia visa a prevenir a exploração e o tráfico de crianças e adolescentes ao inferir a co-responsabilização desses estabelecimentos, conforme os regimentos em lei previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.
Curso de Longa Distância sobre Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas – parceria com Núcleo de Estudos da Paz (NEP) e Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília.	Foram oferecidas 220 vagas, a maioria preenchida por integrantes da PRF. Permite uma capacitação constante e é aberto a todos os interessados.	O curso a distância será replicado pela plataforma da Polícia Federal . Seus cinco primeiros módulos serão abertos e penas os dois últimos serão específicos para a PF.
Seminário sobre Tráfico de Pessoas e Gênero	Permitiu o debate entre setores importantes do enfrentamento ao problema, que são o movimento de crianças e adolescentes e o movimento de mulheres, complexificando a questão e apontando para a necessidade de aprofundamento das questões relativas à direitos sexuais e à mercado de trabalho.	O Seminário se transformou numa publicação acadêmica que teve ampla divulgação pelo Projeto.
<b>Objetivo Imediato 2</b>		
Curso de formação direcionado a crianças e adolescentes vítimas	Encoraja as vítimas de tráfico de pessoas a atuar nos espaços de	O trabalho tem sido dirigido simultaneamente por duas

do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.	debates, além de serem agentes de sensibilização da população e da rede de proteção legal. Essa atuação de sensibilização é conduzida por esses meninos e meninas não como vítimas de um crime, mas como agentes que percebem a situação de vulnerabilidade enfrentada por outros jovens na mesma situação e o desafio de interagir com as instituições de proteção.	instituições e a metodologia está sendo traçada em conjunto com os próprios jovens. Será disseminada por diversas instituições em todo o Brasil para que o trabalho seja ampliado, sem que isso implique em outros custos diretos. Crianças e adolescentes são uma parte ativa no processo de elaboração de tal metodologia.
Treinamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF)	A Polícia Rodoviária Federal possui um núcleo nacional de treinamento e outros núcleos estaduais responsáveis pela capacitação de oficiais de polícia. Entretanto, nunca houve um curso mais aprofundado, técnico e prático para esse público. Por meio de uma parceria com o Projeto, o material teórico e toda a metodologia do curso foram elaborados de modo a disseminá-los nos contextos regionais. O kit metodológico inclui um manual, uma filmagem do curso nacional, materiais de apoio, além de uma lista de tarefas visando à elaboração de seminários locais. Esse formato pode ser replicado a um custo muito baixo, garantindo um impacto sustentável no que tange ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho forçado.	Aplicação em todos os Estados da Federação.
Diálogo Tripartite [Itapetecica da Serra]	Seminário nacional para a elaboração de políticas públicas de migração, de caráter tripartite, com a participação de acadêmicos e da sociedade civil. Soube unir temas e pautas e inserir o tema do tráfico de pessoas num contexto maior, referido ao mundo do trabalho.	As políticas migratórias estão sendo elaboradas pelo governo brasileiro com base no Diálogo Tripartite, cujas resoluções finais foram publicadas pelo Projeto.
Oficinas Regionais Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual e Laboral / PF	A primeira edição aconteceu em Natal (RN) e a segunda em Brasília (DF). Reúne delegados de polícia e representantes de ONGs, numa capacitação que vai além do aprendizado teórico e se encaminha no sentido de um reconhecimento mútuo e profícuo entre entidades de repressão e de apoio.	Serão realizadas novas oficinas.
Capacitação de Policiais do MERCOSUL	Reuniu forças policiais do MERCOSUL e Chile, além de Interpol e adidos militares. Além a capacitação em tráfico de pessoas, cada país apresentou seus fluxos de denúncia, investigação e punição e houve um estudo de caso. Processo importantíssimo de conhecimento mútuo e de criação de possibilidades de atuações	O material resultante desta capacitação está sendo utilizado pelo CCCP para a formação de policiais do Mercosul e países da CPLP, na Academia Nacional de Polícia, em Brasília (DF)

	conjuntas.	
<b>Objetivo Imediato 3</b>		
Uso de filmes de longa-metragem para estratégias de sensibilização sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes	As instituições envolvidas no lançamento nacional do filme Anjos do Sol, além da própria agência produtora, anunciaram a assinatura de um acordo para o uso do filme para capacitações e sensibilizações sobre o combate ao tráfico de crianças e adolescentes em todo o país. O filme já foi utilizado em capacitações da Polícia Rodoviária Federal em vários pontos do país e em mobilizações nacionais. Foi verificada uma grande eficácia desse filme em particular em convencer os diferentes públicos sobre os efeitos e os mecanismos do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual.	O próximo passo dessa boa prática é inseri-la, continuamente, nos seminários, workshops e mobilizações de modo a abranger um maior número de pessoas na estratégia de conscientização/sensibilização do Projeto TIP. A partir de 2008, se incluiu o filme Cinderela, Lobos Mau e um Príncipe Encantado, que está sendo utilizado nas Oficinas Regionais da Polícia Federal.
Campanha com Aquaviários	Trouxe para a rede atores tão importantes para o enfrentamento do tráfico quanto os Policiais Rodoviários Federais. As hidrovias são meio de transporte principal para milhares de pessoas da <i>hinterland</i> brasileira. A adesão de oito países vizinhos fez desta campanha um movimento inédito de visibilização destas hidrovias, dos aquaviários e da população que por ali passa.	Mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas hidrovias brasileiras.

A avaliação sugere que neste primeiro momento de circulação do Relatório Parcial, a equipe do Projeto e os Parceiros Estratégicos possam opinar em relação a essas Boas Práticas, validando-as ou selecionando algumas.

## 6. ANEXOS ADEQUADOS INCLUINDO O TDR

[serão inseridos na versão final]

## 7. MATRIZ DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS

**International Labour Organization**

**International Programme on the Elimination of Child Labour ILO-IPEC**

**PROJETO DE OIT-IPEC - COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL**

**RELATÓRIO**

**SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO MANAUS**

Na tarde do dia 13 de julho de 2009, as 16h00, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, realizou-se oficina de avaliação do projeto, com a presença de:

- 1) Neide Castanho – Coordenadora Nacional do Comitê Nacional

- 2) Márcia Ustra - Subsecretaria Adjunta da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
- 3) Representante CEDECA Pé na Tábua
- 4) Representante da Comissão Estadual de Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Roraima
- 5) Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Acre;
- 6) Representante da Rede Juvenil do Acre;
- 7) Representante do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amazonas;
- 8) Representante da Rede Juvenil do Amazonas;
- 9) Representante do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amapá;  
Representante da Rede Juvenil do Amapá;
- 10) Representante do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA/Emaús, do Pará;
- 11) Representante da Rede Juvenil do Pará;
- 12) Representante da Rede Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Porto Velho;
- 13) Representante da Rede Juvenil de Rondônia;
- 14) Representante do Comitê Intersetorial Estadual para o Enfrentamento da Violência Sexual, Abuso e Exploração Comercial de Crianças e Adolescentes de Tocantins;
- 15) Representante da Rede Juvenil de Tocantins;
- 16) Representante do Governo do Estado do Amazonas;
- 17) Representante da Secretaria de Prefeitura Municipal de Manaus
- 18) Representantes do Serviço de Proteção Social/SENTINELA
- 19) Representantes da Universidade do Estado do Amazonas e da Isban.
- 20) Representantes de Secretaria Estadual de Educação
- 21) Representantes da Secretaria Estadual de Saúde
- 22) Representantes da Polícia Rodoviária Federal
- 23) Representantes do PAIR.

Após rápida apresentação dos resultados preliminares da avaliação, em *power point*, com duração de 20 minutos (vide anexo 1), os participantes foram divididos em três grupos temáticos (base de conhecimento, aumento das capacidades e conscientização). Depois de 40 minutos de trabalho em grupo, seguindo o roteiro de questionário (anexo 2), aconteceu uma reunião plenária em que os grupos apresentaram suas contribuições, que foram intensamente debatidas e serão devidamente incorporadas a avaliação.

Tendo constatado que os atores locais, integrantes da rede de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente da região norte, sentiam muita necessidade de se posicionar e que seus comentários seriam de fundamental importância para a avaliação, a consultora saiu alguns minutos da sala para fazer uma proposta à Coordenadora do projeto.

Sugeriu (1) que o trabalho em Manaus fosse focalizado no público regional, aproveitando a oportunidade ímpar de podermos avaliar o Projeto a partir de pessoas que estão trabalhando diretamente com potenciais vítimas de tráfico; e (2) que a avaliação com os parceiros do projeto propriamente ditos fosse realizada em Brasília, onde grande parte dele reside e seria muito tranquilo reuni-los para replicar a oficina de Manaus.



Em função disso, decidiu-se pela continuidade da oficina de avaliação do Projeto em Brasília, a ser realizada dia 21 de julho, das 14 às 18 horas, no Hotel Mercury, com a presença de um público máximo de 20 parceiros do projeto.

Note-se que a realização desta nova oficina em nada atrasará o trabalho de avaliação. Ao contrário, melhor focalizará os resultados do relatório intermediário, que será enviado no dia 24 de julho.

Embora tenha sido preciso sair do Plano de Trabalho original, a avaliadora está convencida de que está foi uma atitude extremamente importante e necessária para que se possam maximizar os resultados da avaliação.

Atenciosamente,

Marcia Sprandel

Manaus, 14 de julho de 2009.



## PROJETO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL/ OIT

### AVALIAÇÃO FINAL

Avaliadora externa: Marcia Anita Sprandel

### PRESSUPOSTOS DA AVALIAÇÃO - entrevistas em Brasília (DF)

**Identificar** as boas práticas e lições aprendidas a partir da implementação do projeto.

**Formular recomendações** para ação nacional para intervenções da mesma natureza para contribuir para OIT e OIT-IPEC base de dados em intervenções sobre tráfico.

#### Roteiro

Foi objetivo inicial do projeto que, ao seu final, fosse aumentada e validada a **base de conhecimentos** sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial e de exploração de trabalho forçado no Brasil.

#### **Questões:**

1. Que conhecimento novo foi produzido e quais foram os benefícios criados pela base de conhecimento gerada pelo projeto, em termos de melhoria da capacidade institucional pública e privada para reduzir o tráfico de pessoas no Brasil?
2. Os mecanismos utilizados para assegurar o acesso ao conhecimento produzido foram eficazes e efetivamente atingiram a população-alvo (agentes públicos e privados)?
3. A base de conhecimento foi utilizada pelos agentes públicos e privados diretamente envolvidos no combate ao tráfico de pessoas no Brasil?

Foi objetivo inicial do projeto que, ao seu final, fosse fortalecida nos níveis locais e nacional a **capacidade** das instituições públicas e privadas, operadores de direito e funcionários das organizações envolvidas na prevenção, informação e nas alternativas de aplicação das leis no combate ao tráfico de pessoas e proteção das vítimas

#### **Questões**

1) Que mudanças positivas foram obtidas nas práticas institucionais e no comportamento profissional dos operadores de direito e funcionários envolvidos na aplicação da lei e nas medidas de prevenção ao tráfico de seres humanos, a partir das intervenções do projeto?

2) Quais as metodologias, ferramentas ou *modus operandi* adotadas por instituições públicas e privadas influenciadas pelo projeto foram consideradas mais efetivas e eficazes? Dentre estas, quais cumprem os requisitos de uma **boa prática**?

3) Quais as **lições aprendidas** pelas distintas instituições públicas e privadas envolvidas nas ações do projeto?

Foi objetivo inicial do projeto que, ao seu final, aumentasse a **conscientização** sobre o tráfico de pessoas no Brasil.

#### **Questões**

1) Que mecanismos e ferramentas foram gerados para aumentar os níveis de **conscientização** nas distintas instituições públicas e privadas, nos operadores de direito e funcionários a nível local e nacional e na população em geral?

2) Quais foram as iniciativas tomadas por organizações públicas e privadas para combater o tráfico de pessoas no Brasil a partir das ações de sensibilização implementadas pelo projeto?

3) Foram criados mecanismos para monitorar o impacto destas iniciativas?

O projeto levou em consideração a abordagem de gênero?

Quais foram seus resultados em relação aos benefícios alcançados pelas mulheres e pelos homens envolvidos?

Que desafios e oportunidades surgiram em função do trabalho marcado por intervenções diretas com atores nacionais que deveriam provocar mudanças em nível local?

Que teria ocorrido no país em termos de ação de prevenção e combate ao tráfico de pessoas se este projeto não tivesse sido executado?

## **PROJETO COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL/ OIT**

### **AValiação FINAL**

Avaliadora externa: Marcia Anita Sprandel

#### **PRESSUPOSTOS DA AVALIAÇÃO - Oficina de Avaliação em Brasília (DF)**

1. Apresentação do Projeto e suas atividades por Thais Faria.
2. Com a saída da equipe OIT, a avaliadora apresentou as conclusões resultantes da avaliação em Manaus e das entrevistas.

3. Seguiu-se um debate em relação ao que foi apresentado, com ajustes e complementações.

Presentes:

Leila Paiva- SEDH

Ricardo Lins- MJ

Neide Castanha – Comitê/CECRIA

Paula Moraes- PF

Aurélia de Sá Pinto – Mtur

Elisabeth Bahia – Mtur

Adriana Maia- UNODOC

Vanessa e Gabriel- Centro Nair Valadares

Mtrian Carvalho- USAID

Solymer Cunha- SEST/SENAST

Mariela Dias - MPF

Graça Dias - PRF

